

Folha Informativa SRADR

2022-06-22

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento de Execução (UE) 2022/965</u>	2022.06.22	Comissão Europeia	Autoriza a colocação no mercado de miolo de sementes da variedade comestível de <i>Jatropha curcas</i> L. como novo alimento e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2022/966</u>	2022.06.22	Comissão Europeia	Altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 no que se refere às condições de utilização, aos requisitos específicos de rotulagem e às especificações do novo alimento óleo de <i>Calanus finmarchicus</i> .

OUTROS ASSUNTOS



República Portuguesa

Eventos

- ❖ **Webinar: Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2022 – 23 de junho**
Iniciativa promovida pela OCDE, no âmbito da divulgação da divulgação do [relatório anual de monitorização e avaliação das políticas agrícolas](#) em 54 países, incluindo os 38 países da OCDE.
As principais conclusões do relatório serão objeto de um painel virtual de discussão que incluirá:
- Marion Jansen (Diretora de comércio e agricultura da OCDE);
 - Martin Von Lampe (analista de política agrícola da OCDE);
 - Alan Matthews (Professor Emérito de Política Agrícola Europeia, Trinity College - Irlanda);
 - Nathalie Girouard (Diretoria de meio ambiente da OCDE);
- A OCDE divulgará as últimas estimativas de apoio governamental à agricultura.

[Inscrição](#)

Fonte - [Webinar: Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2022 \(gpp.pt\)](#)

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



União Europeia



Outras Notícias da Comissão Europeia



Comissão propõe recolher dados ambientais e sociais nas explorações agrícolas europeias

Dando seguimento à sua intenção estabelecida na estratégia “[Do Prado ao Prato](#)”, a Comissão Europeia propôs hoje converter a [Farm Accountancy Data Network](#) (FADN) numa Farm Sustainability Data Network (FSDN). O que permitirá enfrentar melhor os desafios de sustentabilidade graças ao maior conhecimento de dados sobre a agricultura da UE.

A FADN é uma fonte única de dados microeconómicos e contabilísticos provenientes todos os anos de mais de 80 000 explorações agrícolas da UE. Monitoriza o rendimento das explorações agrícolas e as atividades empresariais para compreender o impacto das medidas adotadas no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC). Permite avaliar a situação económica e financeira das explorações agrícolas desde 1965. Estes dados são fundamentais para análises económicas sobre a agricultura da UE, bem como para apoiar a elaboração de políticas sólidas e baseadas em evidências. Refletindo a evolução da PAC em direção a políticas mais ambientais e sociais, a futura FSDN agregará dados de sustentabilidade em questões ambientais e sociais ao seu desígnio económico bem estabelecido. Além de recolher novos dados, o sistema será modernizado para aumentar a partilha de dados. O que permitirá fornecer informações adicionais para serviços de consultoria e feedback aos agricultores com o objetivo de melhorar a sustentabilidade das explorações agrícolas.

A metodologia de recolha de dados estará em consonância com a existente para a FADN atual. A Comissão estabelecerá a metodologia harmonizada (definições comuns, formatos de comunicação e requisitos de qualidade) e o questionário comum. Este quadro comum é importante para garantir que os dados podem ser comparados a nível da UE. Os Estados-Membros recolherão então os dados ao nível da exploração, com o consentimento do agricultor. Será dada especial atenção às questões de proteção de dados. Os Estados-Membros terão a possibilidade de definir incentivos para a participação dos agricultores na rede de dados, como contribuição financeira, feedback sobre o desempenho da exploração agrícola com ênfase na melhoria das práticas agrícolas sustentáveis ou aconselhamento específico com base nas informações FSDN.

Para converter a estrutura global da FADN, a Comissão adotou hoje uma proposta de regulamento que altera o Regulamento 1217/2009 do Conselho. A lista de novos dados e variáveis a incluir na futura FSDN será estabelecida no direito derivado (atos de execução e atos delegados). Com base num estudo em curso, a Comissão proporá um mapeamento dos possíveis tópicos a incluir, que serão debatidos no outono de 2022 durante um workshop com os Estados-Membros e as partes interessadas. A Comissão terá em conta a necessidade de limitar os encargos administrativos da recolha de dados para os agricultores e as autoridades nacionais. As discussões subsequentes com os Estados-Membros nas reuniões das comissões basear-se-ão na proposta da Comissão.

Em suma, a proposta de hoje permitirá:

- melhorar o papel atual da FADN como fonte de dados económicos e contabilísticos harmonizados ao nível das explorações agrícolas na UE, incluindo indicadores relacionados com o rendimento da futura PAC;
- reforçar a relevância da FADN/FSDN para a formulação de políticas, pesquisa, avaliação e análise de políticas;
- agregar variáveis relacionadas às dimensões ambientais e sociais para permitir uma avaliação abrangente da situação das fazendas e seu desempenho;
- simplificar a recolha de dados existentes e introduzir sistemas e práticas inovadoras e modernas, também através de uma melhor interoperabilidade com outras fontes de dados;
- melhorar o desempenho de sustentabilidade das operações agrícolas dos agricultores, inclusive por meio da melhoria das informações de consultoria agrícola.

Fonte - [Commission proposes to collect environmental and social data in European farms](#) | European Commission ([europa.eu](#))

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

❖ **Pacto Ecológico: propostas pioneiras para restaurar a natureza da Europa até 2050 e reduzir para metade a utilização de pesticidas até 2030**

A Comissão adotou, hoje, propostas pioneiras que visam **restaurar os ecossistemas danificados e trazer a natureza volta a toda a Europa**, dos terrenos agrícolas e mares às florestas e aos ambientes urbanos. A Comissão propõe igualmente **reduzir a utilização de pesticidas químicos e os riscos a eles associados em 50 %** até 2030. Estas propostas legislativas emblemáticas darão seguimento à Estratégia de Biodiversidade e à Estratégia do Prado ao Prato e contribuirão para garantir a resiliência e a segurança do abastecimento alimentar na UE e no resto do mundo.

A proposta de **ato legislativo relativo à restauração da natureza** é essencial para evitar o colapso dos ecossistemas e prevenir as consequências mais graves das alterações climáticas e da perda de biodiversidade. A restauração das zonas húmidas, dos rios, das florestas, dos prados, dos ecossistemas marinhos, dos ambientes urbanos da UE e das espécies que acolhem representa um bom investimento, em termos de custos, na nossa segurança alimentar, na nossa resiliência às alterações climáticas, na nossa saúde e no nosso bem-estar. As novas normas aplicáveis aos **pesticidas químicos**, por sua vez, reduzirão a pegada ambiental do sistema alimentar da UE, protegerão a saúde e o bem estar dos cidadãos e dos trabalhadores agrícolas e contribuirão para minimizar as perdas financeiras decorrentes do declínio da saúde dos solos e da perda de polinizadores devido aos pesticidas.

Um novo ato legislativo que visa, até 2050, reparar os danos causados à natureza da Europa

A Comissão propõe, hoje, o [primeiro ato legislativo de sempre que visa, explicitamente, restaurar a natureza da Europa](#), **reparar** os danos causados a 80 % dos habitats europeus e **trazer a natureza de volta a todos os ecossistemas**, dos terrenos florestais e agrícolas aos ecossistemas marinhos, de água doce e urbanos. O ato legislativo proposto fixará **metas juridicamente vinculativas em matéria de restauração da natureza em função dos diferentes ecossistemas** para todos os Estados-Membros, complementando assim a legislação em vigor. O objetivo consiste em fazer com que, **até 2030, as medidas de restauração da natureza abranjam pelo menos 20 % das superfícies terrestres e marítimas da UE** e, até 2050, incluam todos os ecossistemas que devem ser restaurados.

Este novo ato legislativo **reforçará** as experiências em curso em matéria de restauração da natureza, como a renaturalização, a replantação de árvores, a ecologização das cidades e das infraestruturas ou a remoção da poluição a fim de que natureza possa recuperar. A restauração da natureza não abrange a proteção da natureza e não conduz automaticamente a um aumento das zonas protegidas. Se bem que a restauração da natureza também seja necessária nas zonas protegidas, visto o estado de deterioração em que se encontram, nem todas as zonas restauradas têm de passar a ser zonas protegidas. Com efeito, na maior parte dos casos isto não acontecerá, uma vez que a restauração o exclui o exercício de **atividades económicas**. A restauração implica uma forma viver e produzir em harmonia com a natureza, graças à reintrodução da biodiversidade em todo o lado e, nomeadamente, nas zonas onde decorrem atividades económicas, como as florestas geridas, os terrenos agrícolas e as cidades.

A restauração envolve todas as camadas da sociedade e traz benefícios para todos. Trata-se de um processo inclusivo [cujos efeitos são especialmente positivos](#) para as pessoas que dependem diretamente de uma natureza saudável para a sua subsistência, como é o caso dos agricultores, os silvicultores e os pescadores [ligação com a brochura]. Os investimentos na restauração da natureza acrescentam um **valor económico de 8 a 38 euros por cada euro gasto**, graças aos serviços ecossistémicos que estão na base da **segurança alimentar, da resiliência dos ecossistemas, da atenuação dos efeitos das alterações climáticas, bem como da saúde humana**. Contribuem igualmente a aumentar a presença da natureza nas nossas paisagens e no nosso quotidiano, o que trará benefícios demonstráveis para a saúde e o bem estar, nem como valor cultural recreativo.

O ato legislativo fixará **metas e obrigações** para uma vasta gama de ecossistemas terrestres e marítimos. Será dada prioridade aos ecossistemas com maior potencial em termos de **remoção e armazenamento de carbono**, bem como de prevenção ou atenuação do impacto de **catástrofes naturais**, como as inundações. Muito embora tenha por base a legislação em vigor, o novo ato legislativo abrange todos os ecossistemas, incluindo os que não estão previstos na Diretiva Habitats nem fazem parte da rede Natura 2000, por forma a garantir que, até 2030, todos os ecossistemas naturais e semi-naturais da UE estejam na via da recuperação. Beneficiará de investimentos consideráveis da UE, que disponibilizará um montante de **cerca de 100 mil milhões de euros** para cobrir os custos inerentes à restauração da biodiversidade.

Os objetivos propostos incluem:

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

- Uma inversão do declínio das **populações de polinizadores** até 2030 e, posteriormente, o aumento das respetivas populações;
- Nenhuma perda líquida de **espaços verdes urbanos** até 2030, um aumento de 5 % até 2050, uma cobertura arbórea mínima de 10 % em cada cidade, vila ou subúrbio e um aumento líquido de espaços verdes integrados em edifícios e infraestruturas;
- Um aumento da biodiversidade nos **ecossistemas agrícolas** e uma tendência positiva no que diz respeito às **borboletas** dos prados, às **aves campestres**, ao carvão orgânico nos **solos minerais dos terrenos agrícolas e aos elementos paisagísticos de grande variedade nesses terrenos**;
- A recuperação e a reumidificação das **turfeiras** drenadas nos terrenos agrícolas e nos locais de extração de turfa;
- Um aumento geral da biodiversidade nos ecossistemas **florestais** e uma tendência positiva no que respeita à conectividade dos habitats florestais, à madeira morta, à percentagem de florestas compostas por árvores de idades diferentes, às aves florestais e às reservas de carbono orgânico;
- A restauração dos **habitats marinhos**, como as pradarias marinhas ou os fundos sedimentares, bem como dos habitats de espécies marinhas emblemáticas, como os **golfinhos e as toninhas, os tubarões e as aves marinhas**;
- A eliminação das barreiras fluviais, de modo a que, até 2030, pelo menos 25 000 km de rios possam **usufruir de caudais livres**.

A fim de contribuir para que as metas fixadas possam ser alcançadas, mantendo simultaneamente uma certa flexibilidade em função das circunstâncias nacionais, o ato legislativo exigiria aos Estados-Membros que elaborassem **Planos Nacionais de Restauração**, em estreita colaboração com os cientistas, os intervenientes e os cidadãos. Prevê também normas específicas em matéria de **governança** (acompanhamento, avaliação, planeamento, comunicação de informações e execução), que contribuiriam para **melhorar a elaboração de políticas** a nível nacional e europeu, garantindo que as autoridades tenham em conta, conjuntamente, as questões inter-relacionadas da **biodiversidade, do clima e dos meios de subsistência**.

A proposta tem em conta um dos principais elementos do [Pacto Ecológico Europeu](#), ou seja, o compromisso assumido pela Europa no âmbito da [Estratégia de Biodiversidade para 2030](#) de ser a primeira a dar o exemplo do que deve ser feito para inverter a perda de biodiversidade e restaurar a natureza. Trata-se do principal contributo da UE para as negociações sobre um **Quadro Mundial para a Biodiversidade pós-2020**, que decorrerão no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica COP15, que terá lugar em Montreal, de 7 a 15 de dezembro deste ano.

✓ **Normas estritas para reduzir a utilização de pesticidas químicos e garantir sistemas alimentares mais sustentáveis até 2030**

A proposta hoje apresentada, que visa reduzir a utilização de pesticidas químicos, dá expressão concreta ao nosso compromisso no sentido de travar a perda de biodiversidade na Europa. A proposta ajudará a construir sistemas alimentares sustentáveis, em consonância com o [Pacto Ecológico Europeu](#) e a Estratégia do Prado ao Prato, garantindo simultaneamente a segurança alimentar a longo prazo e a proteção da nossa saúde.

Os cientistas e os cidadãos estão cada vez mais preocupados com a utilização de pesticidas e a acumulação de resíduos e metabolitos no ambiente. No relatório final da Conferência sobre o Futuro da Europa, os cidadãos solicitaram especificamente que fosse abordada a questão da utilização e dos riscos dos pesticidas. No entanto, as **normas em vigor** previstas na [Diretiva relativa à utilização sustentável dos pesticidas](#) demonstraram ser **demasiado fracas** e foram aplicadas de forma desigual. Também não foram realizados progressos suficientes a nível da gestão integrada das pragas, nem de outras abordagens alternativas. Os pesticidas químicos prejudicam a saúde humana e provocam um declínio da biodiversidade nas zonas agrícolas. Contaminam o ar, a água e o ambiente em geral. A Comissão propõe, por conseguinte, **normas claras e vinculativas**:

- **Objetivos juridicamente vinculativos a nível nacional e da UE** que permitam, até 2030, reduzir em 50 % a utilização e os riscos dos pesticidas químicos mais perigosos. Os Estados-Membros fixarão as suas próprias metas nacionais nesta matéria dentro de parâmetros definidos, de modo a garantir a realização dos objetivos fixados em toda a UE. **Novas normas estritas sobre o controlo das pragas respeitador do ambiente**: As novas medidas garantirão que todos os agri-

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

cultores e outros utilizadores profissionais de pesticidas pratiquem uma gestão integrada das pragas (GIP), ou seja, recorram prioritariamente a métodos alternativos de prevenção e controlo das pragas e apenas contemplem a possível utilização de pesticidas químicos em último recurso. Estas medidas incluem a conservação obrigatória de registos por parte dos agricultores e dos outros utilizadores profissionais de pesticidas. Além disso, os Estados-Membros devem estabelecer normas específicas para cada cultura, que indiquem as alternativas à utilização de pesticidas químicos.

- **Proibição de todos os pesticidas nas zonas sensíveis:** Será proibida a utilização de todos os pesticidas em locais como as zonas verdes urbanas, incluindo os parques ou jardins públicos, os parques infantis, as zonas recreativas ou desportivas, os caminhos públicos e as zonas protegidas no âmbito da rede Natura 2000, bem como quaisquer zonas ecologicamente sensíveis que devam ser preservadas a fim de proteger os polinizadores ameaçados. Estas novas normas eliminarão os pesticidas químicos que estão presentes na nossa vida quotidiana.

A proposta transforma a [diretiva em vigor](#) num [regulamento que será diretamente aplicável em todos os Estados-Membros](#), o que permitirá solucionar os problemas persistentes causados por uma aplicação incorreta e desigual das normas em vigor ao longo da última década. Os Estados-Membros terão de apresentar à Comissão **relatórios anuais pormenorizados sobre os progressos realizados e a execução das medidas previstas**.

✓ Apoiar a transição

Um pacote de medidas-chave prestará apoio aos agricultores e outros utilizadores de pesticidas durante a transição para sistemas de produção alimentar mais sustentáveis, nomeadamente:

- Novas normas da Política Agrícola Comum, a fim de garantir que todos os agricultores sejam **compensados por quaisquer custos** relacionados com a aplicação das novas normas durante um período transitório de cinco anos;
- Ações mais firmes para aumentar a variedade de **alternativas biológicas e de baixo risco** disponíveis no mercado;
- Investigação e desenvolvimento no âmbito dos **programas Horizonte** da UE em apoio das novas tecnologias e técnicas, incluindo a agricultura de precisão, e
- um **Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica**, para alcançar os objetivos da Estratégia «Do Prado ao Prato» no que respeita aos pesticidas.

A transição também será apoiada pela proposta relativa à criação de uma rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas e a evolução do mercado em matéria de **agricultura de precisão**, como a introdução de pulverizadores que utilizam técnicas de localização geoespacial e de reconhecimento de pragas.

✓ Resultados a nível mundial:

Em conformidade com a sua política de utilização sustentável dos pesticidas, a Comissão proporá brevemente, pela primeira vez, uma medida que dá continuidade ao seu compromisso no sentido de ter em conta as **considerações ambientais mundiais** aquando da tomada de decisões sobre os **limites máximos de resíduos nos alimentos**. Os alimentos importados que contenham resíduos mensuráveis de substâncias proibidas deverão, ao longo do tempo, deixar de poder ser comercializados na UE, o que contribuirá para criar um círculo virtuoso e encorajará os países terceiros a limitarem ou proibirem também a utilização dos pesticidas já proibidos na UE.

Concretamente, a Comissão consultará, dentro em breve, os Estados-Membros e os países terceiros sobre uma medida que visa eliminar completamente os resíduos de tiametoxame e clotianidina, duas substâncias que contribuem grandemente para o declínio dos polinizadores a nível mundial. Trata-se de substâncias que já não são autorizadas na UE. Os alimentos importados que contenham resíduos quantificáveis de substâncias proibidas deverão deixar de poder ser comercializados na UE, após decorridos os períodos de transição correspondentes.

✓ Declarações dos membros do Colégio de Comissários:

Frans **Timmermans**, vice-presidente executivo responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, afirmou: «*Enquanto seres humanos dependemos da natureza para o ar que respiramos, a água que bebemos e os alimentos que comemos, ou seja, para viver. A nossa economia também depende da natureza. As crises climáticas e da biodiversidade ameaçam os próprios alicerces da*

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

nossa vida na Terra. Temos vindo a avançar na luta contra a crise climática e propomos hoje dois atos legislativos que representam um enorme passo em frente para fazer face ao ecocídio iminente. Quando restauramos a natureza, estamos a permitir-lhe que nos continue a proporcionar ar limpo, água e alimentos, e a proteger dos piores efeitos da crise climática. A redução da utilização de pesticidas químicos também contribui para restaurar a natureza e proteger as pessoas que trabalham com essas substâncias.»

O comissário do Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus **Sinkevičius**, acrescentou: «*Os Europeus são bem claros: querem que a UE aja em prol da natureza e a traga de volta às suas vidas. Os cientistas não deixam margem para dúvidas: não há tempo a perder, a janela de oportunidade está prestes a fechar. Igualmente claro é o argumento comercial: cada euro gasto para restaurar a natureza vai trazer-nos pelo menos oito euros de retorno. Esta proposta histórica visa dar resposta a essas preocupações e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas para que possamos viver e prosperar, em harmonia com a natureza. Trata-se de uma lei em favor de todos os europeus e das gerações vindouras e de um planeta e uma economia saudáveis. É o primeiro ato legislativo deste tipo a nível mundial, e esperamos que consiga inspirar um forte compromisso internacional em favor proteção da biodiversidade na próxima COP15.»*

Stella **Kyriakides**, Membro da Comissão responsável pela Saúde e Segurança dos Alimentos, declarou por seu turno: «*Chegou a hora de mudarmos a forma como utilizamos os pesticidas na UE. Está em causa a saúde dos nossos cidadãos e do nosso planeta. Com esta proposta, estamos a dar resposta às expectativas dos nossos cidadãos e a garantir o respeito dos compromissos que assumimos no âmbito da Estratégia «do Prado ao Prato» no sentido de criar um sistema de produção alimentar mais sustentável e mais saudável. Temos de reduzir a utilização de pesticidas químicos para proteger os nossos solos, o nosso ar e os nossos alimentos e, em última análise, a saúde dos nossos cidadãos. Pela primeira vez, proibiremos a utilização de pesticidas nos jardins públicos e nos parques infantis de modo a que, durante o nosso dia a dia, estejamos todos muito menos expostos. A Política Agrícola Comum prestará assistência financeira aos agricultores durante um período de cinco anos, a fim de cobrir todos os custos relacionados com a aplicação das novas medidas. Não deixaremos ninguém para trás.»*

✓ Próximas etapas

As duas propostas serão agora discutidas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, em conformidade com o processo legislativo ordinário. Após a sua adoção, os efeitos no terreno serão graduais: as medidas de restauração da natureza deverão ser aplicadas até 2030, e os objetivos em matéria de pesticidas deverão ser alcançados também até 2030.

Não parece, pois, existir uma relação direta com os efeitos imediatos da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. As propostas reforçarão a resiliência da Europa e a segurança alimentar a médio prazo, à medida que as populações de polinizadores passem a ser mais saudáveis e abundantes, que a erosão do solo diminua, que a retenção da água melhore e que o nosso ambiente natural passe a ser mais limpo e cada vez menos tóxico. Reduzirão também a dependência dos agricultores de fatores de produção dispendiosos, como os pesticidas químicos, apoiando a produção de alimentos abordáveis para todos os cidadãos da UE.

✓ Contexto

Os **ecossistemas saudáveis e resilientes** são os sustentáculos naturais do nosso bem-estar e da nossa prosperidade. Proporcionam-nos alimentos, água potável, sumidouros de carbono e protegem-nos das catástrofes naturais, incluindo as que são causadas pelas alterações climáticas. Mais de metade do PIB mundial depende da natureza e dos serviços que nos proporciona e mais de 75 % das culturas alimentares mundiais dependem da polinização animal.

Não obstante a sua importância, a [natureza da Europa regista um declínio alarmante](#), com mais de 80 % dos habitats em más condições. As zonas húmidas, as turfeiras, os prados e os habitats dunares foram especialmente afetados. Na Europa Ocidental, Central e Oriental, as zonas húmidas diminuíram para metade desde 1970. 71 % das unidades populacionais de peixes e 60 % das unidades populacionais de anfíbios registaram um declínio ao longo da última década. Segundo as estimativas, entre 1997 e 2011, a perda de biodiversidade representou uma perda financeira anual de entre 3,5 e 18,5 biliões de euros.

A avaliação do impacto do novo ato legislativo revelou que os **benefícios decorrentes da restauração da natureza** superam largamente os custos. Estima-se que os benefícios económicos decorrentes da restauração das turfeiras, zonas pantanosas, florestas, charnecas e matos, prados, rios, lagos, habitats marinhos e aluviais e zonas húmidas costeiras sejam oito vezes superiores aos custos.

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

A proposta relativa à **utilização sustentável** dos **pesticidas** substitui a Diretiva Utilização Sustentável ([Diretiva 2009/128/CE](#)), que visava garantir uma utilização sustentável dos pesticidas na UE através de uma diminuição dos riscos e do impacto dessas substâncias na saúde humana e no ambiente e da promoção de uma abordagem integrada em matéria de controlo de pragas. As [principais medidas](#) previstas nessa diretiva diziam respeito à formação dos utilizadores e dos distribuidores, à inspeção do equipamento de aplicação dos pesticidas, à proibição da pulverização aérea e à limitação da utilização de pesticidas nas zonas sensíveis. Diversos relatórios chamaram a atenção para deficiências a nível da aplicação da diretiva, que impediram uma diminuição suficiente da utilização dos pesticidas e dos riscos a eles inerentes.

Durante a [Conferência sobre o Futuro da Europa, cidadãos de toda a Europa e de todos os quadrantes recomendaram](#) uma «redução drástica dos pesticidas químicos e dos fertilizantes em todos os tipos de explorações agrícolas» e «o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que tenha em conta o respeito pela natureza e pelos trabalhadores». Com o pacote hoje apresentado, a Comissão dá resposta a cinco propostas e a oito medidas específicas recomendadas pelos cidadãos.

❖ Perguntas e respostas sobre a Lei de Restauração da Natureza: restaurar os ecossistemas para as pessoas, o clima e o planeta

✓ O que é a restauração da natureza e por que motivo precisamos dela?

A restauração é um **processo destinado a apoiar a recuperação dos ecossistemas degradados, danificados ou destruídos, e a repor a natureza e a biodiversidade um pouco por todo o lado, desde os terrenos agrícolas e florestais ao ambiente marinho e aos espaços urbanos**. Os ecossistemas saudáveis são mais resilientes ao impacto das alterações climáticas e contribuem para a adaptação às mesmas, melhoram a conectividade com outros ecossistemas e aumentam as populações de espécies que neles vivem. **As medidas neste âmbito podem incluir** a melhoria dos solos degradados e das terras agrícolas recorrendo a elementos naturais como sebes e árvores, a substituição de monoculturas silvícolas por florestas autóctones mistas, a ecologização das cidades, dos edifícios e das infraestruturas, a replantação de ervas marinhas no fundo do mar ou a inversão das pressões antropogénicas como a poluição e a utilização excessiva de pesticidas. **A restauração da natureza não implica cessar a atividade económica nos ecossistemas restaurados, mas, em essência, propõe modos de vida e de produção assentes no respeito e na harmonia com a natureza.**

A [nossa ficha de informação apresenta](#) os principais benefícios do investimento na restauração da natureza. A restauração dos ecossistemas ajudará a aumentar a produtividade agrícola e a prever importantes zonas de desova e de alevinagem no mar, **reduzindo assim os riscos para a segurança alimentar e reforçando a resiliência do sistema alimentar**. A natureza saudável reforça os nossos sistemas de apoio à vida – desde **a produção de oxigénio e a polinização** ao fornecimento de **água potável e aos solos saudáveis**. A restauração da natureza desempenha um papel importante na limitação do aquecimento global mediante a captura e o armazenamento de carbono, e na adaptação às alterações climáticas, bem como na **atenuação do impacto de catástrofes naturais de intensidade crescente**, como inundações, secas e vagas de calor. Os ecossistemas naturais são igualmente importantes para a nossa **saúde física e mental** e albergam **espécies selvagens preciosas**.

✓ Quais são os custos e benefícios económicos desta lei?

A [avaliação de impacto aprofundada](#) revela o modo como os ecossistemas mais saudáveis e ricos em biodiversidade produzem resultados consideravelmente melhores no plano, por exemplo, da atenuação das alterações climáticas, da prevenção de catástrofes, da qualidade da água e do ar, da obtenção de solos mais saudáveis e do bem-estar geral.

No cômputo global, segundo a avaliação de impacto, **cada euro gasto na restauração proporciona um retorno do investimento entre os 8 EUR e os 38 EUR**, dependendo do ecossistema, em benefícios dos muitos serviços prestados pelos ecossistemas saudáveis.

O custo económico da degradação da natureza é extraordinariamente elevado. O custo da degradação dos solos na UE, por exemplo, é agora superior a 50 mil milhões de euros por ano. Em contrapartida, os benefícios da restauração da natureza superam largamente os custos. A restauração dos ecossistemas marinhos permitirá a recuperação das unidades populacionais de peixes, a inversão do declínio dos polinizadores beneficiará a agricultura, enquanto as florestas com maior biodiversidade serão mais resilientes às alterações climáticas.

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

Para dar outro exemplo, estima-se que os **benefícios** para a saúde e a resiliência económica decorrentes da recuperação das turfeiras, zonas pantanosas, florestas, charnecas, matos, prados, rios, lagos e zonas húmidas costeiras ultrapassem os 1 800 mil milhões de EUR, sendo os **custos** na ordem dos 150 mil milhões de EUR.

✓ **Quão grave é o problema da degradação dos ecossistemas e porque urge atuar?**

Estudos como o [relatório sobre o estado da natureza na União Europeia](#) de 2018, da Agência Europeia do Ambiente, ou o trabalho da [Plataforma Intergovernamental Científica e Política sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistémicos](#) (IPBES) mostram o seguinte:

- 81 % dos habitats protegidos pela UE estavam em mau estado, com 36 % a deteriorar-se e apenas 9 % a melhorar;
- Todos os ecossistemas europeus – naturais, seminaturais ou fortemente modificados – estão sujeitos a uma pressão crescente e expostos ao impacto agravado das alterações climáticas e de outras ameaças, como a poluição por nutrientes decorrente da utilização excessiva de fertilizantes e agentes químicos. A intensificação do uso do solo e a conversão das terras estão a causar a perda de ecossistemas;
- Na região alargada da Europa Ocidental, Central e Oriental, as zonas húmidas diminuíram 50 % desde 1970; 84 % das turfeiras – essenciais para captar e armazenar carbono e filtrar a água – encontram-se num estado de conservação desfavorável; na última década, 71 % das populações de peixes e 60 % das populações de anfíbios sofreram declínio;
- O estado geral das florestas da UE é classificado como medíocre e os ecossistemas com atividades agrícolas intensivas estão entre os mais ameaçados;
- Os ecossistemas marinhos enfrentam desafios intensos decorrentes da crise climática, do esgotamento da biodiversidade, da sobre-exploração, da poluição e da destruição causada por espécies invasoras.

O [Pacto para o Clima adotado na COP 26 de Glasgow](#) salientou a importância de proteger, conservar e restaurar a natureza e os ecossistemas (incluindo as florestas e outros ecossistemas terrestres e marinhos), que funcionam como sumidouros e reservatórios de gases com efeito de estufa e protegem a biodiversidade, a fim de alcançar a meta climática global a longo prazo

O [6.º relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas](#) salienta que, mesmo limitando o aquecimento a 1,5 °C, os ecossistemas naturais terão dificuldade em se adaptar, sendo elevados os riscos de declínio da biodiversidade, mortalidade, extinção de espécies e perda de meios de subsistência conexos. O relatório insta à restauração urgente dos ecossistemas degradados, a fim de atenuar as alterações climáticas e reduzir o seu impacto, com destaque para as zonas húmidas e os rios degradados, as florestas e os ecossistemas agrícolas.

A proposta de Lei de Restauração da Natureza constitui também uma prova firme da liderança internacional da UE na proteção e restauração da biodiversidade, em preparação do Quadro Mundial para a Biodiversidade pós-2020. A restauração da natureza ocupa um lugar de destaque na agenda internacional, dada a consciência crescente das repercussões graves e irreversíveis da danificação e deterioração contínua dos ecossistemas, inclusive no tocante a questões urgentes como a segurança alimentar.

✓ **Que ações estão previstas para os diferentes ecossistemas em foco?**

A proposta estabelece um conjunto de metas específicas que visam, por exemplo:

- Os **ecossistemas naturais e seminaturais** – melhorar e restabelecer em larga escala os habitats ricos em biodiversidade, e trazer de volta populações de espécies melhorando e alargando os seus habitats;
- Os **insetos polinizadores** – inverter o declínio das populações de abelhas, borboletas, abelhões, sirfídeos e outros polinizadores até 2030, e permitir que elas tornem a crescer, recorrendo a uma metodologia de monitorização regular destas espécies;
- Os **ecossistemas florestais** – atingir uma tendência positiva para aumentar o volume de madeira morta a partir de árvores caídas ou ainda de pé, bosques disetâneos, a conectividade florestal, a abundância de aves florestais comuns e as reservas de carbono orgânico;

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

- Os **ecossistemas urbanos** – garantir a ausência de perdas líquidas de espaços verdes urbanos até 2030; um aumento de 3 % da superfície total coberta por espaços verdes urbanos até 2040, e um aumento de 5 % até 2050; um mínimo de 10 % de coberto arbóreo urbano; e um ganho líquido de espaços verdes urbanos integrados nos edifícios existentes e novos e no desenvolvimento das infraestruturas;
- Os **ecossistemas agrícolas** – aumentar as populações de borboletas dos prados e de aves das zonas agrícolas, as reservas de carbono orgânico em solos agrícolas minerais e a percentagem de terras agrícolas com elementos paisagísticos de elevada diversidade; restabelecer 30 % das turfeiras drenadas em regime de utilização agrícola até 2030, e 70 % até 2050;
- Os **ecossistemas marinhos** – restaurar habitats marinhos, como os prados marinhos ou os fundos de sedimentos, que proporcionam benefícios significativos, nomeadamente para a atenuação das alterações climáticas; e restaurar os habitats de espécies marinhas emblemáticas, como os golfinhos e os botos, os tubarões e as aves marinhas;
- A **conectividade fluvial** – identificar e remover os obstáculos à conectividade das águas de superfície, de modo a restabelecer o curso natural de, pelo menos, 25 000 km de rios até 2030.

✓ Quais são os efeitos esperados da restauração da natureza na segurança alimentar e nos preços dos alimentos?

Os ecossistemas saudáveis, a biodiversidade e a sustentabilidade alimentar global são fundamentais para a segurança alimentar. A restauração da natureza é um elemento-chave da reorientação necessária da agricultura e dos sistemas alimentares da UE para a sustentabilidade, pondo cobro à dependência de meios de produção importados como os combustíveis fósseis, os fertilizantes e os alimentos para animais.

Na verdade, os agricultores já conseguem sentir **os efeitos da degradação da natureza e da perda de biodiversidade**. Atualmente, a degradação dos solos na UE afeta 61 % a 73 % das terras agrícolas, limitando a capacidade da Europa para produzir alimentos em algumas regiões. Por si só, a erosão está a causar a perda de quase três milhões de toneladas de trigo e 0,6 milhões de toneladas de milho por ano. A nível mundial, a degradação dos solos já reduziu a produtividade de 23 % da superfície terrestre. Por todo o mundo, o desaparecimento de polinizadores põe em risco culturas anuais que podem ascender aos 577 mil milhões de dólares.

A invasão russa da Ucrânia também acelerou a tendência para o **aumento dos preços dos produtos alimentares** causada pela crise da COVID-19 e pelas más colheitas nos países produtores atingidos por condições meteorológicas extremas. Está a ter um efeito dramático na segurança alimentar fora da UE, em particular em África.

As medidas de restauração da natureza melhoram a segurança alimentar, inclusive a curto prazo. Embora a restauração de ecossistemas completos habitualmente leve mais de dez anos, algumas medidas a ela associadas têm efeitos visíveis positivos a curto prazo (um a quatro anos). Por exemplo, o impacto das faixas de flores, das sebes e de outros elementos paisagísticos nas **taxas de polinização** e na abundância dos polinizadores pode ser quase imediato, aumentando assim a produção. Outro exemplo é a redução da **erosão do solo** com muros de pedra, faixa de relva e outros elementos capazes de reter sedimentos dentro dos limites dos campos agrícolas. No meio marinho, algumas espécies comerciais de **peixes, moluscos e crustáceos** podem recuperar rapidamente em zonas de pesca restringida ou em zonas de não captura bem aplicadas, permitindo que o volume das capturas quintuple em poucos anos.

Além disso, a redução da **dependência dos combustíveis fósseis na cadeia de abastecimento alimentar**, com destaque para os fertilizantes e os produtos químicos importados da Rússia e da Bielorrússia, ajudará os agricultores a gerir o aumento dos preços dos meios de produção agrícola e a manter os preços no consumidor a níveis razoáveis.

Alguns estudos demonstraram também que as medidas de diversificação agrícola podem melhorar a biodiversidade, a polinização, o controlo de pragas, o ciclo dos nutrientes, a fertilidade dos solos e a regulação da água, sem comprometer o rendimento das culturas. Analogamente, verificou-se que as práticas agroecológicas (como diversificação das culturas, a agrosilvicultura, os sistemas mistos de cultura e pecuária e as práticas que melhoram a qualidade dos solos) têm um impacto positivo na segurança alimentar e na nutrição. Os resultados positivos eram patentes sobretudo ao nível dos agregados familiares de países de rendimento baixo e médio.

A médio e longo prazo, a dupla crise do clima e da biodiversidade constitui uma das maiores ameaças à segurança alimentar. A restauração é essencial para fazer face a muitas das principais ameaças à produção alimentar e inclui medidas como:

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

- Reforçar a saúde e a fertilidade dos **solos**, a fim de reduzir a dependência dos fertilizantes químicos;
- Aumentar as populações de **polinizadores** – quase 5 000 milhões de euros da produção agrícola anual da UE são diretamente atribuíveis à ação dos insetos polinizadores;
- Promover o **controlo natural das pragas** para reduzir a dependência dos pesticidas químicos;
- Promover **soluções baseadas na natureza para combater as alterações climáticas**, como a plantação de árvores e o restabelecimento das planícies aluviais, o que contribuirá igualmente para reduzir os riscos para a agricultura relacionados com o clima.

No âmbito dos esforços em curso para antecipar os reptos relacionados com a insegurança alimentar, a Comissão realizará uma análise de todas as causas subjacentes, a fim de identificar as medidas que poderá ser necessário tomar a curto e a longo prazo.

✓ Qual o papel da restauração da natureza na luta contra as alterações climáticas?

A perda de biodiversidade e a crise climática estão estreitamente interligadas e os seus efeitos reforçam-se mutuamente. Ao fortalecer a natureza, contribuímos também para combater a crise climática. Como tal, a recuperação dos ecossistemas é uma solução fundamental baseada na natureza para fazer face às crises da biodiversidade e do clima.

Muitos habitats degradados, como florestas, turfeiras, pântanos salgados e prados de erva marinha, têm um potencial significativo para **armazenar carbono** na biomassa e no solo. A sua restauração é uma parte essencial das estratégias de atenuação das alterações climáticas.

A restauração da natureza também nos ajuda na **adaptação às alterações climáticas**. Os rios, as planícies aluviais e as zonas húmidas saudáveis absorvem as águas aluviais com maior eficácia e a um custo inferior ao das estruturas antropogénicas. Além disso, ao regressar às cidades, a natureza faz baixar a temperatura das zonas locais, ajudando a diminuir o impacto das vagas de calor e a reduzir consideravelmente a energia necessária para o ar condicionado.

✓ Quais as implicações da proposta para os proprietários fundiários, os silvicultores, os agricultores e os pescadores?

A proposta não impõe obrigações diretas aos proprietários fundiários, aos silvicultores, aos agricultores nem aos pescadores, mas apenas aos Estados-Membros. Prevê metas para os ecossistemas agrícolas, como a restauração das populações de polinizadores e de aves agrícolas, a reumidificação das turfeiras e um recurso maior a elementos paisagísticos como as sebes. Tal exigirá melhorias nas práticas agrícolas, com muitas alterações estreitamente alinhadas com as metas existentes na Estratégia de Biodiversidade da UE e na Estratégia do Prado ao Prato. Inclui igualmente metas em matéria de ecossistemas agrícolas, como o aumento do número de aves florestais, do volume de madeira morta, da conectividade florestal, das reservas de carbono orgânico e da percentagem de florestas com uma estrutura de envelhecimento desigual. Estes elementos são essenciais para alicerçar a agricultura e a silvicultura da UE numa base sustentável e garantir a produtividade e a resiliência alimentar. A proposta prevê igualmente metas no que diz respeito aos ecossistemas marinhos. A restauração dos ecossistemas marinhos, com destaque para os importantes habitats de desova e de alevinagem, permitirá a recuperação das unidades populacionais de peixes e trará benefícios económicos e sociais para os pescadores em resultado do aumento das capturas.

A agricultura **sustentável** é vital para a manutenção de muitas espécies e habitats em zonas ricas em biodiversidade. Há numerosas práticas agrícolas extensivas com benefícios múltiplos e significativos para a proteção da biodiversidade, os serviços ecossistémicos e os elementos paisagísticos, como a agricultura de precisão, a agricultura biológica, a agroecologia, a agrosilvicultura e os prados permanentes de baixa intensidade.

Além disso, será necessário adaptar algumas práticas silvícolas de modo a permitir que as zonas florestais de maior dimensão se aproximem de um estado seminatural ou natural, com uma menor intensidade de exploração madeireira enquanto parte de uma silvicultura mais próxima da natureza.

No entanto, os ganhos do investimento na restauração serão sempre várias vezes superiores ao dinheiro despendido ou às alterações introduzidas nesse domínio. É provável que as futuras produções das culturas e da madeira sejam mais estáveis, com maior resiliência às pragas e aos fenómenos meteorológicos extremos. As florestas restauradas serão menos vulneráveis aos incêndios florestais e às secas devido a uma distribuição mais diversificada das espécies arbóreas. Todos estes fatores terão efeitos positivos diretos para os agricultores, os silvicultores e os proprietários das terras.

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

À medida que os modelos empresariais se adaptarem, surgirão igualmente novas formas de rendimento. O turismo e as atividades recreativas, por exemplo, são suscetíveis de aumentar os rendimentos, uma vez que os ecossistemas saudáveis são locais de eleição para o turismo de qualidade.

✓ Quais as implicações da proposta para as vilas, as cidades e os subúrbios?

A proposta visa assegurar um **aumento constante do espaço verde urbano** e do coberto arbóreo em zonas densamente povoadas desde agora até 2050. Tal é exequível mediante a «ecologização» dos processos de planeamento urbano ao longo do tempo, a recuperação de terrenos industriais degradados, o aumento dos telhados verdes, a arborização das ruas e a criação de microparques e faixas de terreno verdes, inclusive em parques de estacionamento. Por toda a Europa estão a ser desenvolvidos muitos exemplos inspiradores de tais projetos, incluindo no âmbito do [Novo Bauhaus Europeu](#).

Os novos edifícios podem ser construídos tendo em mente desde o início o objetivo da ecologização urbana. Muitas cidades da UE contêm vastas áreas de terrenos abandonados e contaminados passíveis de restauração.

Ao longo do tempo, a proposta contribuirá para dissociar o crescimento urbano da perda de espaços verdes e de coberto arbóreo nas cidades.

✓ Quais as implicações da proposta para o quotidiano de todos os europeus?

No dia-a-dia, a proposta reflete-se na presença de **ecossistemas mais ecológicos e restaurados** nos centros urbanos e nas imediações das vilas e cidades, bem como na existência de orlas costeiras, rios, florestas e zonas rurais mais saudáveis e ricas em biodiversidade.

A proposta também **reforça o futuro económico e a resiliência da UE**. Os ecossistemas restaurados asseguram a disponibilidade contínua de solos produtivos, água e ar limpos, pescas saudáveis, recursos naturais sustentáveis e matérias-primas – além de que, crucialmente, são uma via essencial e eficaz em termos de custos para a atenuação e a adaptação às alterações climáticas.

✓ Como decorrerá a aplicação, o acompanhamento e a execução da proposta?

Os Estados-Membros devem apresentar à Comissão **planos nacionais de recuperação** para avaliação no prazo de dois anos a contar da entrada em vigor do regulamento, mostrando de que modo cumprirão os objetivos. Ser-lhes-á igualmente solicitado que acompanhem e apresentem relatórios sobre os seus progressos. A Agência Europeia do Ambiente elaborará regularmente relatórios técnicos sobre os progressos realizados na consecução das metas. Por seu turno, a Comissão apresentará um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação da Lei de Restauração da Natureza.

Tal contribuirá para a apresentação regular de relatórios pela Comissão sobre os progressos da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030. No âmbito do novo quadro de governação, o mecanismo de acompanhamento e revisão da Estratégia de Biodiversidade da UE permitirá uma avaliação regular dos progressos e a definição de medidas corretivas, se necessário.

Como tal, a proposta contribui para a criação de uma **abordagem integrada** que articula a biodiversidade, o clima e os meios de subsistência.

✓ Quais as oportunidades de financiamento a nível da UE?

A [Estratégia de Biodiversidade da UE](#) prevê a **mobilização de mais de 20 mil milhões de EUR para a biodiversidade todos os anos**, no âmbito do [Pacto Ecológico Europeu](#). Especificamente, ao abrigo do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE para 2021-2027, a meta de financiamento da biodiversidade adotada prevê a afetação de 7,5 % do orçamento da UE à biodiversidade a partir de 2024, aumentando para 10 % em 2026 e 2027. No âmbito do atual QFP, estarão disponíveis cerca de 100 mil milhões de EUR para despesas com a biodiversidade, incluindo para a restauração.

A Comissão está a trabalhar no sentido de assegurar que o financiamento da restauração da natureza e da biodiversidade seja plenamente integrado no Mecanismo de Recuperação e Resiliência, no InvestEU, nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na política agrícola comum, no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura, nos fundos de investigação e no Programa LIFE para o Ambiente e a Ação Climática.

Os fundos da UE, como a política agrícola comum e o Fundo para uma Transição Justa, bem como os vários fundos nacionais na maioria dos Estados-Membros da UE, **ajudarão os agricultores** na transição para uma agricultura mais sustentável ou para



Outras Notícias da Comissão Europeia

outras atividades mais próximas da natureza. Ao abrigo da [proposta relativa aos pesticidas](#) também hoje publicada, a UE dará resposta à necessidade urgente de mudar de rumo neste domínio e de apoiar os agricultores no processo. Durante cinco anos, os Estados-Membros podem recorrer à PAC para cobrir os custos dos novos requisitos para os agricultores. Tal permite compensar os eventuais custos adicionais incorridos e impedir o aumento dos preços dos alimentos.

Através da agricultura de baixo carbono e do próximo quadro de certificação de remoção de carbono, a Comissão promoverá um novo modelo de negócio para as remoções de carbono por via terrestre, incluindo incentivos financeiros para a implantação de soluções baseadas na natureza.

Os Estados-Membros poderiam promover instrumentos baseados no mercado para ajudar a cobrir os custos da recuperação e evitar a deterioração, designadamente abordagens orçamentais, pagamentos por serviços ecossistémicos, regimes de pagamento baseados nos resultados, entre outros.

✓ E os esforços a nível mundial? De que forma se adequa a proposta à posição da UE em matéria de luta contra a perda de biodiversidade a nível mundial?

A Década das Nações Unidas para a Recuperação dos Ecossistemas, que decorre de 2021 a 2030, as negociações em curso sobre o **Quadro Mundial para a Biodiversidade pós-2020 (COP15)** no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), bem como as conclusões da 26.ª Conferência das Partes (COP26) da Conferência sobre as Alterações Climáticas, realizada em Glasgow, criaram uma dinâmica política em prol da restauração da natureza.

Com esta proposta legislativa – a primeira do género em todo o mundo –, a UE demonstra que leva muito a sério os objetivos à escala global de travar a perda de biodiversidade. Ao atuar a nível interno, a UE também lidera pelo exemplo a nível mundial.

A proposta de Lei de Restauração da Natureza é a grande contribuição da UE no âmbito das negociações em curso sobre o **Quadro Mundial para a Biodiversidade pós-2020**, a adotar na Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP15), que decorrerá em Montreal entre 7 e 15 de dezembro deste ano. Concorre igualmente para a consecução dos objetivos da UE em matéria de atenuação e adaptação às alterações climáticas com uma boa relação custo-eficácia, bem como para o cumprimento dos compromissos internacionais da UE.

Fonte - [Perguntas e respostas sobre a Lei de Restauração da Natureza \(europa.eu\)](#)



“Do Prado ao Prato”: Novas regras para reduzir o risco e o uso de pesticidas na UE

✓ O que foi proposto hoje e quais são os próximos passos?

A Comissão propôs novas regras para reduzir a utilização e o risco de pesticidas na UE, cumprindo o objetivo da Estratégia “Do Prado ao Prato” de um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente.

A Comissão apresentou:

- Metas juridicamente vinculativas: metas vinculativas a nível da UE para reduzir em 50% a utilização e o risco de pesticidas químicos e a utilização de pesticidas mais perigosos até 2030. Os Estados-Membros terão de definir as suas próprias metas de redução dentro de parâmetros claramente definidos, bem como as suas próprias estratégias para garantir que o objetivo a nível da UE seja alcançado coletivamente.
- Novas regras estritas para aplicar o controlo de pragas ambientalmente amigável: uma nova estrutura abrangente de fiscalização para garantir que todos os agricultores pratiquem o Maneio Integrado de Pragas 'MIP', no qual todos os métodos alternativos de controlo de pragas são considerados primeiro, antes que os pesticidas químicos possam ser usados como último recurso.
- Proibição do uso de todos os pesticidas em áreas sensíveis: o uso de todos os pesticidas é proibido em áreas sensíveis (e a menos de 3 metros dessas áreas), como parques ou jardins públicos, parques infantis, áreas recreativas ou desportivas, caminhos públicos, bem como áreas ecologicamente sensíveis
- Apoio excepcional da UE: os agricultores serão apoiados pela Política Agrícola Comum (PAC) da UE nesta transição: durante 5 anos, os Estados-Membros podem utilizar a PAC para cobrir os custos dos novos requisitos para os agricultores.

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

As novas regras serão estabelecidas num regulamento que vincula diretamente todos os Estados-Membros.

✓ Por que é que a Comissão está a propor estas novas regras?

Estas regras traduzem em ação o nosso compromisso de travar a perda de biodiversidade na Europa, de proteger a saúde, de ajudar a construir sistemas alimentares sustentáveis em conformidade com o Pacto Ecológico Europeu e de garantir uma segurança alimentar duradoura. São um reconhecimento de que enfrentar os desafios relacionados ao clima e ao meio ambiente é a tarefa definidora desta geração.

Cientistas e cidadãos estão cada vez mais preocupados com o uso de pesticidas e o acúmulo de seus resíduos e metabólitos no meio ambiente. No relatório final da Conferência sobre o Futuro da Europa, os cidadãos solicitaram especificamente que abordassem o uso e o risco de pesticidas.

As regras existentes sobre a Diretiva Uso Sustentável de Pesticidas (SUD) provaram ser muito fracas e foram implementadas de forma desigual. A recente avaliação do SUD, bem como as conclusões dos relatórios do Tribunal de Contas e do Parlamento Europeu, mostraram que não houve progressos suficientes na redução dos riscos e impactos da utilização de pesticidas na saúde humana e no ambiente. Eles também observaram progresso insuficiente na promoção do uso do Manejo Integrado de Pragas e abordagens ou técnicas alternativas, como alternativas não químicas aos pesticidas, em parte porque os pesticidas químicos já podem prejudicar a saúde humana e continuar a contribuir para o declínio da biodiversidade em áreas agrícolas, contaminam o ar, a água e o ambiente mais amplo:

- Existem grandes riscos para a saúde dos cidadãos ligados ao uso de pesticidas químicos, especialmente para as pessoas que os utilizam, mas também para grupos vulneráveis e crianças. Os pesticidas podem causar impactos agudos e de longo prazo na saúde. Os pesticidas químicos podem ter efeitos dermatológicos, gastrointestinais, neurológicos, cancerígenos, respiratórios, reprodutivos e endócrinos. A alta exposição ocupacional, acidental ou intencional a pesticidas pode resultar em hospitalização e morte. Já em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que cerca de um milhão de casos de intoxicações não intencionais por agrotóxicos ocorrem anualmente, levando a aproximadamente 20.000 mortes. Uma revisão recente estima que cerca de 385 milhões de casos de intoxicações agudas não intencionais por pesticidas ocorrem anualmente em todo o mundo, incluindo cerca de 11.000 mortes.
- Todos os anos, entre 2013 e 2019, os pesticidas foram detetados acima do seu limite de efeito em 13 a 30% de todos os locais de monitoramento de águas superficiais de rios e lagos europeus.

Nas áreas agrícolas, o uso de alguns pesticidas químicos contribui para o declínio dos polinizadores necessários para alimentar uma população mundial crescente. 75% dos tipos de culturas alimentares mundiais dependem da polinização animal e 50% das terras da UE cultivadas com culturas dependentes de polinizadores já enfrentam um déficit de polinização. Na UE, até quase 15 bilhões de euros da produção agrícola anual da UE são diretamente atribuídos a insetos polinizadores. 10% das espécies de abelhas e borboletas na Europa estão à beira da extinção e 33% delas estão em declínio.

Reduzir nossa dependência de pesticidas químicos é, portanto, uma parte fundamental do processo de construção de sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis para 2030 e além. Em caso de inação, as perspectivas para todos os indicadores ambientais são sombrias com novos declínios na biodiversidade, de acordo com relatórios da Agência Europeia do Meio Ambiente, da Avaliação de Ecossistemas da UE e de pesquisadores. O Grupo de Conselheiros Científicos da UE já concluiu em 2020 que, embora o sistema alimentar da UE tenha alcançado altos níveis de segurança alimentar, segurança alimentar e uma ampla escolha do consumidor, não é sustentável no que diz respeito aos aspetos ambientais, econômicos e sociais. A continuidade dos “negócios como de costume” colocará em risco significativamente os recursos naturais, nossa saúde, o clima e a economia.

O que não significa que os pesticidas não são necessários. Há casos em que o controle satisfatório de pragas só pode ser alcançado na produção comercial de alimentos através do uso de pesticidas químicos. No entanto, os pesticidas químicos devem ser usados apenas como último recurso. Este é o princípio chave do Manejo Integrado de Pragas que será melhor implementado por esta proposta. As mudanças climáticas também acelerarão a propagação de pragas e levarão ao surgimento de novas pragas. As novas regras reduzirão o uso de pesticidas químicos e, ao mesmo tempo, continuarão a garantir que estejam disponíveis quando todas as outras ferramentas de controle estiverem esgotadas.



Outras Notícias da Comissão Europeia

✓ Usar menos pesticidas prejudicará a segurança alimentar?

Pelo contrário. O objetivo da Estratégia: “Do Prado ao Prato”, onde a meta de reduzir o uso de pesticidas químicos foi anunciada pela primeira vez, orienta a transição para práticas agrícolas mais sustentáveis. Ao reduzir os pesticidas, protegemos a biodiversidade e a saúde dos nossos cidadãos, da natureza e dos polinizadores. Estes são indispensáveis para manter a produção e a segurança alimentar a longo prazo. Declínios contínuos na biodiversidade, serviços ecossistêmicos e espécies polinizadoras, como já estamos testemunhando agora, representam ameaças diretas à segurança alimentar.

Existem inúmeros exemplos e estudos que mostram que os agricultores podem reduzir o uso de pesticidas e economizar dinheiro sem comprometer o rendimento ou a qualidade das colheitas. Técnicas de agricultura de precisão, como modificar a vazão dos bicos de pulverização em vinhas, por exemplo, permitiram usar 58% menos volume de pulverização de pesticidas em comparação com aplicações de taxa constante. O uso de bicos de pulverização de fluxo variável e sensores de ervas daninhas permitiu economias médias de herbicidas de 22,8% e 27,9% em cereais e ervilhas, respetivamente. A redução de herbicidas aplicados na UE ao usar essa tecnologia de aplicação de pesticidas de taxa variável foi estimada em até 30.000 toneladas. Outro estudo encomendado pelo Parlamento Europeu mostrou que a agricultura de precisão existente pode contribuir com uma redução de 10 a 20% no uso de pesticidas sem afetar os rendimentos ou incorrer em custos adicionais.

Como resultado da invasão da Ucrânia pela Rússia, bem como secas prolongadas e impactos climáticos em outras áreas do mundo, atualmente existem riscos para a segurança alimentar global. A Comissão já apresentou em março deste ano uma série de ações de curto e médio prazo para aumentar a segurança alimentar global e apoiar agricultores e consumidores na UE à luz do aumento dos preços dos alimentos e dos custos de insumos, como energia e fertilizantes. O aumento dos preços globais das *commodities*, exacerbado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, destaca novamente a necessidade de a agricultura e as cadeias de abastecimento alimentar da UE se tornarem mais resilientes e sustentáveis, de acordo com a estratégia: “Do Prado ao Prato”.

As mudanças introduzidas pelas novas regras serão graduais, minimizando assim qualquer impacto na segurança alimentar. Além disso, durante 5 anos, os Estados-Membros podem utilizar a Política Agrícola Comum para cobrir os custos dos novos requisitos para os agricultores. Isso pode compensar quaisquer custos adicionais e evitar aumentos de preços nos alimentos.

✓ Quais são as metas para reduzir o uso de pesticidas e como serão alcançadas?

As novas regras estabelecem metas vinculativas a nível da UE para reduzir a utilização e o risco de pesticidas químicos e reduzir em 50% a utilização dos pesticidas mais perigosos. Ao fazê-lo, traduz em ação tangível os compromissos estabelecidos na Estratégia: “Do Prado ao Prato”.

As novas regras estipulam que os Estados-Membros devem adotar metas vinculativas para ajudar a cumprir a meta global da UE. Ao estabelecer essas metas nacionais, os Estados-Membros têm a flexibilidade de levar em conta sua situação nacional, incluindo o progresso histórico e a intensidade do uso de pesticidas. Isso deve ser feito dentro dos parâmetros de uma fórmula matemática legalmente definida. Embora permitindo que a situação nacional direcione a definição de metas, em nenhum caso a meta nacional pode ser inferior a 35%, para garantir que todos os Estados-Membros reduzam o uso de pesticidas. Após rever os objetivos dos Estados-Membros, a Comissão pode recomendar aos Estados-Membros que estabeleçam objetivos mais ambiciosos em determinados casos. A Comissão também pode tomar medidas adicionais caso as metas nacionais sejam consideradas insuficientes para atingir a redução de 50% coletivamente a nível da UE até 2030. Todos os anos, a Comissão publicará tendências para cumprir as metas de redução da UE para 2030.

O progresso para atingir as metas pode ser alcançado através do uso de uma série de ações que ajudarão a reduzir o uso de pesticidas químicos:

- Retirar do mercado os pesticidas mais perigosos;
- Desenvolvimento e uso mais generalizado de técnicas alternativas de controle de pragas em consonância com o Manejo Integrado de Pragas, incluindo em particular pesticidas biológicos, como micro-organismos;
- Apoio do CAP para investimentos, consultoria e pagamentos por área
- Aumento da agricultura orgânica;
- Agricultura de precisão e uso de novas tecnologias.

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

✓ Como calcula a Comissão a redução da utilização e do risco dos pesticidas? E os pesticidas mais perigosos?

A utilização e o risco de pesticidas químicos serão medidos anualmente com base nos dados sobre as vendas de produtos fitofarmacêuticos (PFF) comunicados pelos Estados-Membros à Comissão.

A linha de base para o cálculo da redução de 50% será a média de vendas de 2015, 2016 e 2017, os três anos mais recentes para os quais os dados estavam disponíveis no anúncio da Estratégia: “Do Prado ao Prato”

Todas as substâncias ativas colocadas no mercado sob a forma de PFF são atribuídas a um de quatro grupos e uma ponderação atribuída a cada um dos grupos - ponderações mais elevadas são atribuídas a grupos mais perigosos.

As ponderações destinam-se a encorajar a utilização de PFF contendo substâncias ativas de baixo risco (muitas das quais não são substâncias químicas) e desencorajar a utilização de PFF contendo substâncias mais perigosas (em especial, substâncias não aprovadas utilizadas através de autorizações de emergência aprovadas nacionalmente).

A utilização de pesticidas mais perigosos também será medida com base nos dados sobre as vendas de produtos fitofarmacêuticos (PFF) comunicados pelos Estados-Membros à Comissão. No entanto, neste caso não são necessárias ponderações, pois todas estão no mesmo grupo.

Com base no acordo provisório recentemente alcançado sobre as novas regras das estatísticas agrícolas (SAIO), a Comissão avaliará a metodologia atual e poderá apresentar uma nova.

✓ Como é que a Comissão apoiará os agricultores?

A UE responderá à necessidade urgente de mudar o rumo dos pesticidas e apoiará os agricultores nas suas ações nesse sentido. Os Estados-Membros poderão utilizar a Política Agrícola Comum (PAC) para cobrir os custos de quaisquer requisitos decorrentes das novas regras para os agricultores, incluindo práticas agrícolas obrigatórias impostas ao abrigo das regras específicas de cada cultura para a gestão integrada de pragas. Isso pode compensar quaisquer custos adicionais e evitar aumentos de preços nos alimentos. A proposta introduz esta medida excepcional nos primeiros 5 anos, uma vez que a Comissão reconhece a necessidade de apoiar financeiramente os agricultores e outros utilizadores na sua transição para uma utilização sustentável dos pesticidas.

As novas regras também permitirão que os Estados-Membros apoiem financeiramente as práticas agrícolas que exijam a utilização sustentável de pesticidas através de planos estratégicos da PAC. Temos um total de 261 mil milhões de euros em financiamento ao abrigo dos Planos Estratégicos da PAC para o período 2023-2027, parte dos quais serão utilizados para apoiar práticas agrícolas sustentáveis benéficas para o ambiente. Em particular e ao abrigo da nova PAC, os Estados-Membros podem utilizar:

- regimes ecológicos (dotação prevista de pelo menos 48,5 mil milhões de euros 2023-2027); e
- intervenções de gestão ambiental-clima de desenvolvimento rural (dotação prevista de pelo menos 21,1 mil milhões de euros 2023-2027)

A nova PAC também pode financiar investimentos em equipamentos de máquinas e ferramentas de gestão de risco, e pode oferecer suporte técnico para a construção de conhecimento, como treinamento e intercâmbio de conhecimento.

Através dos serviços de aconselhamento agrícola da PAC, os Estados-Membros também têm de oferecer aconselhamento aos agricultores sobre a utilização sustentável de pesticidas, inovação, tecnologias digitais e gestão sustentável de nutrientes. A Comissão, por meio de vários mecanismos, fornece amplo financiamento para desenvolver “soluções fitofarmacêuticas mais sustentáveis”, inclusive na questão de substitutos para os pesticidas mais perigosos.

Os Estados-Membros devem explicar nos seus planos estratégicos da PAC como irão utilizar os instrumentos da PAC para reduzir a utilização de pesticidas e como a PAC funcionará em sinergia com outras políticas relevantes da UE, incluindo a legislação sobre a utilização sustentável de pesticidas.

✓ Os preços dos alimentos vão aumentar?

Os nossos sistemas de produção de alimentos precisam reduzir seu impacto negativo nas mudanças climáticas e na perda de biodiversidade. Os custos da inação superam enormemente os custos relacionados à transição para sistemas alimentares sustentáveis. As novas regras garantirão que os agricultores e os consumidores possam beneficiar de sistemas alimentares sustentáveis e que a nossa segurança alimentar a longo prazo seja salvaguardada.

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

Como a proposta da Comissão não entrará em vigor imediatamente, não haverá impacto nos preços, nos agricultores ou outros utilizadores nos próximos dois anos. A Comissão, no entanto, incentiva os Estados-Membros a atribuir fundos suficientes aos planos nacionais da PAC.

De acordo com as novas regras e como medida excecional, o financiamento da PAC pode, de fato, ser usado para financiar os custos dos agricultores relacionados à implementação dos novos requisitos, incluindo práticas agrícolas obrigatórias impostas pelas regras específicas das culturas para o manejo integrado de pragas. O uso de novas tecnologias, como variedades de culturas resistentes a pragas, apoios e ações mitigadoras também contribuirão para reduzir custos e garantir um modelo agrícola mais sustentável e com melhor desempenho. Isso pode compensar quaisquer custos adicionais e evitar aumentos de preços nos alimentos. Além disso, as mudanças introduzidas pelas novas regras serão graduais, minimizando assim qualquer impacto negativo na produção e nos preços dos alimentos.

Além disso, para mostrar como avançar, a Comissão publicou uma comunicação separada sobre a salvaguarda da segurança alimentar e a resiliência do sistema alimentar em março de 2022.

A ciência mostra que o colapso dos polinizadores levará a uma dramática perda de produção que levaria a enormes aumentos nos preços dos alimentos. Esta proposta visa evitar que isso aconteça para que os agricultores possam continuar a fornecer alimentos a preços acessíveis aos cidadãos.

✓ Quais são as alternativas disponíveis aos pesticidas químicos?

Sob o Maneio Integrado de Pragas ecologicamente correto, obrigatório pelas novas regras, a prevenção e as alternativas sustentáveis devem ser usadas antes de recorrer aos defensivos químicos apenas como último recurso. Existem várias alternativas importantes:

- Controlos culturais e mecânicos: Para agricultores e outros usuários, a prevenção por meio de controlos culturais continuará a ser a primeira linha de defesa para proteger as plantações contra danos causados por pragas.

Os controlos culturais significam modificar o ambiente de cultivo para favorecer as plantas e desencorajar ou interromper o ciclo de vida de algumas pragas por métodos como a rotação de culturas.

Controlos mecânicos e físicos significam prevenir danos causados por pragas por meios físicos, como barreiras/redes e capina mecânica ou manual. Existem desenvolvimentos promissores, como na área de capinadores robóticos, que podem tornar a capina mecânica mais econômica.

- Melhoramento de plantas: A prevenção inclui também o melhoramento de plantas, que pode desenvolver variedades de culturas resistentes ou tolerantes ao ataque de insetos e fungos, evitando assim a necessidade do uso de inseticidas e fungicidas químicos. Os agricultores já usam variedades resistentes como parte de seu manejo de pragas, por exemplo, com as principais culturas arvenses, incluindo cereais e tubérculos. Os melhoradores genéticos de plantas estão continuamente a trabalhar para desenvolver novas e melhores variedades de culturas, mas pode levar até 10 anos para desenvolver uma nova variedade. Novas técnicas de melhoramento oferecem o potencial de acelerar esse desenvolvimento. A Comissão está atualmente a realizar uma avaliação do impacto da utilização dessas novas técnicas de reprodução;
- Controlo biológico de pragas. O controlo biológico envolve o uso de extratos derivados de plantas, microrganismos e inimigos naturais para o controle de pragas. Há uma tendência crescente no uso de controlos biológicos. O controlo biológico é amplamente utilizado em estufas para controlar pragas como mosca branca e pulgões e o desafio é estender o seu uso mais amplamente para a agricultura.

Garantir a disponibilidade de alternativas no mercado é uma prioridade. É por isso que a Comissão está a atualizar as regras para acelerar as aprovações e aumentar a disponibilidade de alternativas biológicas para os agricultores em toda a União Europeia. Além disso, a Comissão está atualmente a compilar informações sobre o modo como os microrganismos invertebrados, como insetos ou nemátodos, inimigos naturais das pragas das plantas, são utilizados nas atividades de controlo de pragas nos diferentes Estados-Membros. Um estudo resumindo a situação atual, bem como identificando possíveis formas de melhoria, será apresentado pela Comissão até o final do ano em curso.

- Alternativas químicas de baixo risco: Os pesticidas químicos incluem uma ampla gama de substâncias com propriedades diferentes, incluindo algumas consideradas de baixo risco. Exemplos de PPPs de baixo risco incluem itens comuns como bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio (calcário). Em algumas circunstâncias, essas substâncias

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

de baixo risco podem fornecer controlo satisfatório de pragas. A UE tomou uma série de medidas para alargar a gama destas substâncias no mercado.

✓ **Como a pesquisa, a inovação e a tecnologia serão usadas e promovidas?**

A investigação, a inovação e a tecnologia desempenham um papel fundamental na aceleração da transição para uma agricultura sustentável, reduzindo a utilização e o risco de pesticidas químicos.

O Horizonte Europa financiará ações de pesquisa e inovação para desenvolver uma ampla gama de ferramentas para prevenção, monitoramento, controle e gestão de pragas e doenças de plantas, juntamente com estratégias de gestão de risco. Isso inclui buscar alternativas aos pesticidas mais perigosos.

Os resultados dos projetos do Horizonte 2020 serão ainda divulgados e as melhores práticas serão promovidas. Mais de 30 projetos relacionados com a redução do uso de pesticidas químicos foram financiados pelo Horizonte 2020, com um investimento de 160 milhões de euros. Recentemente, foi criada uma rede de agricultores à escala da UE, IPM Works[3], para promover e demonstrar a outros agricultores estratégias de gestão integrada de pragas rentáveis que foram financiadas pelo Horizonte 2020 através de um investimento de 6 milhões de euros.

Como o Maneio Integrado de Pragas será fortalecido sob as novas regras?

No centro das novas regras está uma estrutura abrangente para apoiar a implementação e aplicação do Maneio Integrado de Pragas. As principais medidas incluem:

- Regras específicas da cultura. Os Estados-Membros terão de garantir a aplicação de regras específicas para as culturas - para culturas cultivadas em 90% das terras agrícolas - para transformar os princípios da Gestão Integrada de Pragas em critérios objetivos e verificáveis.
- Registo obrigatório. Os agricultores e outros usuários terão que manter registos eletrónicos das etapas relacionadas com a monitorização, prevenção e controlo de pragas e doenças. Os Estados-Membros oferecerão apoio através de orientações claras específicas para cada cultura. Com esses registos eletrónicos, as autoridades poderão controlar a implementação do Maneio Integrado de Pragas.
- Sistemas de aconselhamento independentes – Os Estados-Membros serão obrigados a estabelecer, supervisionar e monitorizar o funcionamento de um sistema de consultores independentes para utilizadores profissionais para apoiar a implementação da Gestão Integrada de Pragas. Os agricultores e outros utilizadores profissionais de pesticidas terão de recorrer aos serviços destes consultores independentes pelo menos uma vez por ano.

✓ **Como é que a Rede de Dados de Sustentabilidade Agrícola proposta se relaciona com isto?**

A nova proposta sobre uma Rede de Dados de Sustentabilidade Agrícola visa recolher dados fiáveis sobre o desempenho da sustentabilidade a nível das explorações agrícolas. Isto proporcionará aos agricultores, consultores agrícolas, bem como aos decisores políticos, uma imagem fiável dos impactos das práticas agrícolas sobre o ambiente e sobre os rendimentos dos agricultores.

Nos termos da proposta, o âmbito dos dados atualmente recolhidos anualmente a nível da exploração agrícola será alargado para abranger aspetos de sustentabilidade ambiental. Isto permite uma melhor compreensão dos impactos climáticos e ambientais a nível da exploração agrícola, permitindo um acompanhamento das tendências de sustentabilidade. Através de legislação secundária, a Comissão estabelecerá quais os dados que podem ser abrangidos e de que forma, incluindo no que diz respeito à utilização e risco de pesticidas.

✓ **E quanto ao resto do mundo? Como vamos ajudá-los a reduzir a sua dependência dos pesticidas?**

A transição para sistemas alimentares sustentáveis não pode ser alcançada com sucesso pela UE agindo sozinha. Por esta razão, a Estratégia "Da Exploração Agrícola à Mesa" identifica uma série de ações para apoiar um movimento global em direção a sistemas alimentares sustentáveis:

- Utilizando uma abordagem de parceria para apoiar os países em desenvolvimento na sua transição para sistemas alimentares sustentáveis.
- Criação de parcerias com países terceiros e promoção de sistemas alimentares sustentáveis

Folha Informativa SRADR

2022-06-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

- Assegurar a inclusão de disposições ambiciosas relacionadas com a alimentação sustentável em todos os acordos bilaterais relevantes da UE.
- Promover a sustentabilidade das importações de alimentos através de esquemas de rotulagem adequados e, quando necessário, propondo medidas regulamentares e não regulamentares.
- Estabelecer um quadro político geral de sustentabilidade dos sistemas alimentares, combinado com rotulagem ou outros incentivos, para aumentar gradualmente os padrões de sustentabilidade, de modo a tornar-se a norma para todos os produtos colocados no mercado da UE.
- Promover sistemas alimentares sustentáveis durante todos os eventos internacionais relevantes (tais como a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica ou a Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares).

Hoje, a Comissão anunciou também a sua intenção de baixar os níveis máximos de resíduos para zero para duas substâncias ativas, a clotianidina e o tiametoxame. Estas substâncias são proibidas na UE, uma vez que matam os polinizadores. No entanto, os produtos alimentares tratados com estas substâncias ainda podem atualmente ser importados para a UE. Pela primeira vez, a Comissão terá em conta os impactos ambientais de natureza global, tais como o declínio dos polinizadores, também para produtos importados, respeitando ao mesmo tempo as normas e obrigações da OMC. Em breve será lançada uma consulta com os Estados-Membros e países terceiros.

✓ Como irá a UE impedir que os problemas ambientais associados à produção de alimentos se desloquem para outras partes do mundo?

Os critérios ambientais fazem parte dos processos de autorização de pesticidas há décadas. Tal como anunciado na Estratégia "Do Campo à Mesa", a Comissão terá em conta considerações ambientais ao decidir sobre os níveis máximos de resíduos de pesticidas nos alimentos que já não são permitidos na UE devido a impactos inaceitáveis sobre o ambiente. O enfoque será em questões ambientais de preocupação global, tais como o declínio mundial dos polinizadores e a acumulação no ambiente de substâncias persistentes, bio-acumulativas e tóxicas. Esta abordagem aplicar-se-á também aos alimentos produzidos fora da UE, uma vez que os produtos importados devem cumprir os requisitos da UE para serem colocados no mercado da UE, incluindo o cumprimento dos níveis máximos de resíduos de pesticidas...

Concretamente, está em preparação um projeto de regulamento que reduz os níveis máximos de resíduos existentes para o tiametoxame e a clotianidina, duas substâncias pertencentes ao grupo dos neonicotinóides (conhecidos por contribuírem significativamente para o declínio mundial dos polinizadores). Estas substâncias já não são aprovadas na UE. Quando adotadas, os alimentos importados contendo resíduos mensuráveis destas duas substâncias já não podem - após determinados períodos de transição - ser comercializados na UE.

Fonte - [Farm to Fork \(europa.eu\)](https://farm-to-fork.europa.eu)



Notícias do Conselho

◆ Insegurança alimentar mundial: Conselho aprova conclusões sobre a resposta da Equipa Europa

A guerra de agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia tem consequências desastrosas para o povo ucraniano e também para a população de todo o mundo. **A UE está plenamente empenhada em trabalhar com os seus parceiros mundiais para fazer face às piores consequências para a segurança alimentar**, tendo tomado medidas rápidas e abrangentes. Neste contexto, o Conselho aprovou **conclusões sobre a resposta da Equipa Europa à insegurança alimentar mundial**.

Nas suas conclusões, o Conselho manifesta a sua profunda preocupação pelo facto de as **populações vulneráveis estarem a enfrentar níveis de insegurança alimentar sem precedentes**. **A guerra de agressão** injustificada, não provocada e ilegal **da Rússia contra a Ucrânia agravou drasticamente a crise da segurança alimentar**. Tropas russas bombardeiam e ocupam terras



Notícias do Conselho

aráveis da Ucrânia, destruindo explorações agrícolas, instalações de armazenamento e transformação de alimentos, equipamento e infraestruturas de transporte. Bloqueiam os portos da Ucrânia, impedindo a exportação de milhões de toneladas de cereais para os mercados mundiais.

A UE e os seus Estados-Membros permanecem solidários com os países parceiros mais afetados e reforçarão o seu apoio enquanto **interveniente mundial reativo, responsável e fiável**.

Neste espírito, o Conselho apela a uma **resposta da Equipa Europa** à insegurança alimentar mundial que inclua **quatro vertentes de ação**:

- solidariedade por meio da ajuda de emergência e do apoio à comportabilidade dos preços;
- promoção da produção sustentável, da resiliência e da transformação dos sistemas alimentares;
- facilitação do comércio, ajudando a Ucrânia a exportar produtos agrícolas por rotas diferentes e apoiar o comércio mundial;
- multilateralismo efetivo e forte apoio ao papel central do Grupo da ONU de Resposta à Crise Mundial para coordenar os esforços mundiais.

As exportações russas de alimentos para os mercados mundiais não são objeto de quaisquer sanções. As sanções da UE não proíbem a importação e o transporte de produtos agrícolas russos, o pagamento dessas exportações russas ou o fornecimento de sementes por países terceiros — visam apenas as pessoas e entidades objeto de sanções. As sanções foram especificamente concebidas de modo *a não* visarem os alimentos e os produtos agrícolas e, sempre que pertinente, as proibições setoriais incluem exceções específicas para esses produtos. As sanções da UE não se aplicam a países terceiros nem a operadores não-UE em países terceiros.

- [Resposta da Equipa Europa à insegurança alimentar mundial](#)
- [Conclusões do Conselho, 30-31 de maio de 2022](#)
- [Segurança alimentar e comportabilidade dos preços dos alimentos \(informações gerais\)](#)

Fonte - Insegurança alimentar mundial: Conselho aprova conclusões sobre a resposta da Equipa Europa - Consilium